

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2654795820200305174422

Processo 0809808-86.2019.8.23.0010 ☆ - (342 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 9597 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Defensor Público

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

83 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 83

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div><div></div></div>	83	05/03/2020 17:44:22	<div>JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE</div> <div>Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE INFORMAÇÃO (28/02/2020)</div> <div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
<div><div>83.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2585378IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIALPROTOCOLADA02.pdf</div><div>Público</div></div>			
	82	02/03/2020 15:23:59	<div><div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div><div>(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 02/03/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 78) JUNTADA DE INFORMAÇÃO (28/02/2020) e ao evento de expedição seq. 79.</div><div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>Procurador</div></div>
	81	28/02/2020 12:13:02	<div><div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div><div>(Pelo advogado/curador/defensor de EDUARDO MOREIRA NUNES) em 28/02/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 78) JUNTADA DE INFORMAÇÃO (28/02/2020) e ao evento de expedição seq. 80.</div><div>Wallyson Barbosa Moura</div><div>Advogado</div></div>
	80	28/02/2020 12:10:13	<div><div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div><div>Para advogados/curador/defensor de EDUARDO MOREIRA NUNES com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 78) JUNTADA DE INFORMAÇÃO (28/02/2020)</div><div>CAMILA LIMA DE OLIVEIRA</div><div>Estagiária</div></div>
	79	28/02/2020 12:10:13	<div><div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div><div>Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 78) JUNTADA DE INFORMAÇÃO (28/02/2020)</div><div>CAMILA LIMA DE OLIVEIRA</div><div>Estagiária</div></div>
<div><div></div></div>	78	28/02/2020 12:06:54	<div>JUNTADA DE INFORMAÇÃO</div> <div>CAMILA LIMA DE OLIVEIRA</div> <div>Estagiária</div>
<div><div></div></div>	77	09/01/2020 13:09:00	<div>JUNTADA DE INFORMAÇÃO</div> <div>frantchiello Costa Gutierre</div> <div>Estagiário</div>
	76	07/12/2019 00:08:40	<div><div>DECORRIDO PRAZO DE PERITO ILDERSON PEREIRA SILVA</div><div>(Para Perito ILDERSON PEREIRA SILVA *Referente ao evento (seq. 66) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(18/11/2019) e ao evento de expedição seq. 70.</div><div>SISTEMA CNJ</div></div>
	75	30/11/2019 00:02:54	<div><div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div><div>(Pelo Perito ILDERSON PEREIRA SILVA(Leitura automática em 29/11/2019 às 23:59)) em 29/11/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 66) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (18/11/2019) e ao evento de expedição seq. 70.</div><div>SISTEMA CNJ</div></div>
	74	28/11/2019 00:04:53	<div><div>DECORRIDO PRAZO DE EDUARDO MOREIRA NUNES</div><div>(P/ advgs. de EDUARDO MOREIRA NUNES *Referente ao evento (seq. 66) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(18/11/2019) e ao evento de expedição seq. 68.</div><div>SISTEMA CNJ</div></div>
	73	28/11/2019 00:04:53	<div><div>DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A</div><div>(P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 66) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(18/11/2019) e ao evento de expedição seq. 67.</div><div>SISTEMA CNJ</div></div>
	72	19/11/2019 11:06:23	<div><div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div><div>(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 19/11/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 66) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (18/11/2019) e ao evento de expedição seq. 67.</div><div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>Procurador</div></div>
			<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div>



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**Processo:** 08098088620198230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDUARDO MOREIRA NUNES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **NUJ3107**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Conforme esclarecimentos do perito, a lesão apurada seria 50% membro inferior esquerdo, que segundo a tabela DPVAT, resultaria em R\$ 4.725,00. Considerando que a seguradora já efetuou pagamento administrativo referente ao membro no valor de R\$ 2.362,50, deve ser considerado a diferença do valor da gradação e o valor já pago em sede administrativa.

**INFORMO A ESTE JUIZO QUE RETIFICO A GRADUAÇÃO DA SEQUELA DO LAUDO EM QUESTÃO EM 50% DE MEMBRO INFERIOR ESQUERDO (FRATURA DE TIBIA E FRATURA DE FIBULA).**

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2,362. 50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Destarte, requer a Ré que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo *expert*, tendo em vista que foram devidamente utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 4 de março de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**